

Vidas em vulnerabilidade: a História Oral como possibilidade para a narrativa historiográfica

Lives in vulnerability: Oral History as a possibility for historiographical narrative

Vidas Vulnerables: la Historia Oral como posibilidad para la narrativa historiográfica

Suzyanne Valeska Maciel de Sousa¹

Ewerton Wirley Silva Barros²

Resumo: As desigualdades econômicas e socioculturais chamam a atenção para a diferenciada exposição das vidas às diversas formas de violência. Isso decorre de um reconhecimento desigual, segundo o qual algumas vidas têm importância e devem ser protegidas, enquanto outras não. Ao refletirmos sobre tais questões, defrontamo-nos com a escassez de fontes e pesquisas no campo historiográfico. À vista disso, este artigo tem o intuito de ampliar esses diálogos e pensar os usos da história oral como metodologia para abordar sujeitos em vulnerabilidade. Em um primeiro momento, refletimos as noções de vulnerabilidade e reconhecimento, baseados nas reflexões de Judith Butler e Athena Athanasiou. No segundo, problematizamos os conceitos de testemunho, discurso e memória, balizados nas proposições de Paul Ricoeur, Paul Veyne, Michel Foucault e Henri Bergson. Por fim, discutimos a prática da história oral com vidas em vulnerabilidade em pesquisas historiográficas.

Palavras-chave: História Oral. Vulnerabilidade. Discurso. Memória.

Abstract: Economic and sociocultural inequalities draw attention to the distinguished exposure of lives to several forms of violence. This is due to unequal recognition, according to which some lives are important and must be protected, while others do not. Thinking about these issues, we are faced with the scarcity of sources and research in the historiographical field. Therefore this article aims to broaden these dialogues and discuss the uses of Oral History as a methodology to address subjects in vulnerability. At first, we reflected the views of vulnerability and recognition, based

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-CFP). E-mail: suzy_ndbb@hotmail.com.

² Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É pesquisador visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: ewertonwirley@gmail.com.

on the reflections of Judith Butler and Athena Athanasiou. Thenceforth, we consider the concepts of testimony, discourse and memory, defined by the works of Paul Ricoeur, Paul Veyne, Michel Foucault and Henri Bergson. In the end, we debate the practice of Oral History with lives in vulnerability in historiographical research.

Keywords: Oral History. Vulnerability. Discourse. Memory.

Resumen: Las desigualdades económicas y socioculturales llaman la atención sobre la diferenciada exposición de las vidas a las diversas formas de violencia. Esto se debe a un reconocimiento desigual, según el cual algunas vidas tienen importancia y deben ser protegidas, mientras que otras no. Al reflexionar sobre estas cuestiones, nos enfrentamos a la escasez de fuentes e investigaciones en el campo historiográfico. A la vista de eso, este artículo tiene el objetivo de ampliar esos diálogos y pensar los usos de la historia oral como metodología para abordar sujetos en vulnerabilidad. En un primer momento, reflejamos las nociones de vulnerabilidad y reconocimiento, basadas en las reflexiones de Judith Butler y Athena Athanasiou. En el segundo, problematizamos los conceptos de testimonio, discurso y memoria, balizados en las proposiciones de Paul Ricoeur, Paul Veyne, Michel Foucault y Henri Bergson. Por último, discutimos el método de la historia oral con vidas en vulnerabilidad en investigaciones historiográficas.

Palabras clave: Historia Oral. Vulnerabilidad. Discurso. Memoria.

Considerações iniciais

A arte de escrever a história está imbricada pelos percursos, cenários e situações em que se encontram o historiador. No caso deste artigo, ele emergiu após uma série de inquietações e diálogos motivados por pesquisas junto a vidas em vulnerabilidade. Ao refletirmos sobre esse tema em nosso ofício historiográfico, deparamo-nos com a exímia bibliografia existente. Então, como uma forma de ampliar tais discussões, temos como objetivo central pensar a história oral como possibilidade para a produção de narrativas historiográficas sobre essas vidas, apontando direcionamentos de usos metodológicos e identificando as especificidades dos sujeitos em situação de vulnerabilidade. Ressaltamos que o presente texto não se pretende um manual, consiste em uma abordagem possível, não tendo a pretensão de estabelecer uma verdade absoluta sobre o tema.

A filósofa Judith Butler (2020), em seu estudo denominado de “Quadros de Guerra”, argumenta a existência de um enquadramento sobre as vidas que é seletivo e desigual. Esse enquadramento consiste em uma operação de poder por meio da qual as vidas são reconhecidas, o

que não ocorre de modo igualitário. Eles atuam de modo a permitir o reconhecimento de algumas vidas como vidas, ao mesmo tempo em que não permitem que outras sejam reconhecidas como tais. Nesse raciocínio, “apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa.” (BUTLER, 2020, p. 32).

A autora utiliza a ideia do luto como forma de explicar o impacto diferencial que as mortes podem ter sobre a sociedade. “A distribuição diferencial da condição de ser passível de luto entre as populações tem implicações sobre por que e quando sentimos disposições afetivas politicamente significativas, tais como horror, culpa, sadismo justificado, perda e indiferença.” (BUTLER, 2020, p. 45). Assim, algumas vidas são passíveis de luto enquanto outras não.

A morte de uma pessoa em vulnerabilidade, como alguém que mora na rua, por exemplo, não é tão midiaticizada ou investigada, quanto a de uma pessoa de uma classe social mais alta. Isso aponta também para nossas formas desiguais, e políticas, de sentir essas perdas. A teoria de Butler nos auxilia ainda a pensar como dentro de uma mesma categoria – a exemplo da categoria de refugiados – podemos perceber diferentes tratamentos – como entre ucranianos e venezuelanos – não apenas por parte da mídia e do Estado, como também de nossas próprias disposições afetivas.

Nesta altura, esclarecemos que serão utilizados neste artigo os termos “vidas em vulnerabilidade” e “sujeitos em vulnerabilidade” como maneiras de referir às pessoas que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade, seja ela política, social ou econômica. Ressaltamos que o uso dos termos visa apenas tornar mais inteligível a discussão. Não pretendemos totalizar estes sujeitos, visto que buscamos discutir suas vivências de modo situacional, sempre passível de mudança, e relacional, inserida em relações amplas de poder.

Convém ressaltar que essas reflexões são balizadas a partir de um lugar acadêmico, externo à vivência desses sujeitos. Com isso, interrogamo-nos: como é possível aproximar a produção de

uma narrativa historiográfica de vidas que estão em situação de vulnerabilidade? Como podemos ter acesso às suas percepções sobre suas próprias vivências para a escrita da história? Entendemos o testemunho como uma possibilidade.

A noção de testemunho é ampla, pode conter testemunhos escritos, produções imagéticas ou relatos orais, sobre os quais iremos tratar. Os testemunhos são narrativas, individuais ou coletivas, acerca das experiências vividas, que subsidiam o entendimento e os discursos historiográficos sobre o tempo presente. De acordo com o historiador François Dosse (2013), foi a partir do século XX que experiências de violência cujo impacto se estendiam à coletividade – como guerras, ditaduras e genocídios – deram lugar à ascensão do testemunho como prática social. Por meio da revisão do conceito tradicional de fonte histórica, os relatos orais obtiveram um novo estatuto dentro da historiografia.

A história oral tem um lugar dentro da escrita da história: ela consiste em uma metodologia ou prática de pesquisa. Vale ressaltar que ela não ressuscita vozes, tampouco salva o passado. Os relatos orais são fragmentos que tem potencial para criar novos sentidos, estão em uma rede discursiva, a qual não funciona para totalizá-los, mas para dar-lhes significação (GUIMARÃES NETO, 2012).

A oralidade permite investigar as operações da memória, considerar seus processos de seleção, organização e produção do passado vivido pelo sujeito. A análise desses testemunhos permite ao historiador o primeiro passo de sua pesquisa: a produção de fontes. Não é uma tarefa de coletar dados, mas de constituí-los. Certeau (1982) denomina de “redistribuição no espaço” esta tarefa do historiador de estabelecer suas fontes alterando seu lugar social e estatuto.

No presente trabalho partiremos de discussões teóricas com as autoras Judith Butler e Athena Athanasiou para pensar como podemos compreender a vulnerabilidade e o reconhecimento sobre as vidas. Por conseguinte, refletiremos sobre as categorias de testemunho, discurso e

memória, balizados pelos debates de Paul Ricoeur, Michel Foucault, Paul Veyne e Henri Bergson. Afinal, procederemos às discussões sobre a prática e a análise da história oral aplicada a sujeitos em vulnerabilidade.

Vulnerabilidade e reconhecimento

Todas as vidas, de acordo com Butler (2020), são entendidas como precárias – o que implica dizer que todos estamos sujeitos à morte desde o nascimento. A vida carece de condições sociais e políticas para sua manutenção. O corpo está sujeito aos outros, pois para existir dependemos direta e indiretamente de outros, conhecidos ou não – desde o nascimento, quando precisamos de médicos e enfermeiras, por exemplo, à socialização cotidiana das mais diversas formas, na escola ou trabalho. Nesses moldes, a vida tem como característica a interdependência.

O ser não é discernível por si mesmo, não é um dado, ele precisa de condições que facilitem o seu reconhecimento. Essas condições são normas, categorias ou convenções que produzem o sujeito, tornando-o reconhecível. Essa produção, que não totaliza o sujeito, depende de operações de poder e de esquemas de inteligibilidade e atua de modo a atribuir reconhecimento desigualmente. Por consequência, o reconhecimento representa uma prática que parte de ao menos dois sujeitos e utiliza como base a condição de ser reconhecido e enquadramentos (BUTLER, 2020).

Assim, para Butler (2020), o enquadramento funciona como uma moldura, que apesar de ter como objetivo conter e determinar o seu conteúdo, não o determina precisamente, mas o contamina, o molda e o apresenta de acordo com interesses. A diferenciada aplicação da violência decorre de um reconhecimento desigual da vida, segundo o qual algumas vidas têm importância, possuem a “condição de ser enlutadas”, e devem ser protegidas, enquanto outras não.

Butler e Athanasiou (2013) discutem sobre o chamado reconhecimento como uma operação de poder empreendida pelo Estado liberal. O reconhecimento não é uma autodefinição. O sujeito é

constituído socialmente e o reconhecimento liberal, apesar de ser visto como um ideal regulador e um meio de gerir a alteridade, tem custos dentro da luta por sobrevivência. Ele apresenta esquemas de inteligibilidade normativos que violentam a vida. Uma pessoa que não possui moradia, por exemplo, não escolheu ser vista ou classificada como “moradora de rua”.

É imprescindível, no entanto, questionar o reconhecimento liberal, instrumentalizar o poder do Estado, sem ser subjugado por ele. Isso não significa que todas as formas de reconhecimento são modos de regulação ou limitação, todavia é necessário criticar os esquemas de inteligibilidade contemporâneos que governam o reconhecimento, impedir que as vidas sejam totalizadas por eles.

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. (BUTLER, 2020, p. 46).

O reconhecimento liberal opera de modo a “maximizar a precariedade para uns e minimizar a precariedade para outros” (BUTLER, 2020, p. 15). Quanto mais precárias as condições de vida são, mais vulneráveis são estas pessoas, pois a produção de precariedade implica numa produção de vulnerabilidade. Assim, sujeitos em vulnerabilidade podem ser entendidos como pessoas cuja condição precária é maximizada pelo Estado.

Nesse sentido, “o ponto não é clamar por reconhecimento a qualquer custo, para se conformar com os esquemas de inteligibilidade que se inscrevem como agressivos, mas examinar os custos do reconhecimento dentro da luta pela sobrevivência.” (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 102). Para as autoras, não é possível não querer o reconhecimento liberal, pois precisamos dele para a vida em sociedade. Quando somos vítimas de violência e precisamos recorrer a uma autoridade por proteção, por exemplo, buscamos ser vistos como narradores de um discurso confiável, nos localizamos como sujeitos dentro das leis, assim então buscamos o chamado reconhecimento.

[...] há uma correlação entre o questionamento das bases sociais da produção da “credibilidade” e da “confiabilidade” e as diversas práticas de discriminação social e de violência, constitutivas da reflexão acerca da legitimidade do testemunho. Legitimidade que se inscreve em campo minado, cartografado por relações de poder em que os planos estratégicos e as táticas de resistência denunciam as múltiplas práticas que configuram o campo das dominações política, social, cultural e econômica. (MONTENEGRO; GUIMARÃES NETO, 2020, p. 84-85).

A ideia de legitimidade está intrinsecamente relacionada à posição do indivíduo na sociedade. Diante disso, a noção de discurso é um ponto chave para compreender a inscrição do sujeito nessas relações de poder. Considerando as proposições de Michel Foucault (2008; 2013), pensamos a produção do discurso como um exercício de poder multilateral, que visa controlar, selecionar, organizar e redistribuir os enunciados de acordo com interesses próprios. No tópico a seguir, prosseguiremos no desenvolvimento da discussão a partir das noções de testemunho, discurso e memória.

Testemunho, Discurso e Memória

Como já mencionado, o primeiro passo do ofício do historiador é o estabelecimento de suas fontes, sua “redistribuição no espaço”. Indo além de coletar dados, o historiador altera o lugar e o estatuto dos objetos, transformando-os em fontes por meio de sua prática (CERTEAU, 1982). Nesse ínterim, a metodologia da história oral permite ao pesquisador coletar os testemunhos e transformá-los em documentos segundo técnicas próprias.

De acordo com Paul Ricoeur (2007), o testemunho é a sequência narrativa da memória declarativa. Ele não representa um registro fiel do passado, mas uma percepção do acontecido. Em seu diálogo com Marc Bloch, Ricoeur (2007) afirma que o testemunho seria o rastro que auxilia o presente na compreensão do passado. O testemunho carece de outros vestígios, ou documentos, para verificar sua relação com o real – se possui alguma verdade. Marc Bloch chama de crítica histórica, ou método crítico, a necessidade de submissão à prova dos testemunhos junto a outros

rastros a fim de distinguir o verdadeiro do falso. Segundo Ricoeur (2007), o documento não é um dado, ele é constituído pelo historiador por meio de seus questionamentos.

Assim, o testemunho não é prova, pois não revela a verdade, ele pode conter alguma verdade, pois busca registrar o que aconteceu, mas não contém a “verdade definitiva” do acontecimento. Segundo Ricoeur (2007), “o fato não é o acontecimento, ele próprio devolvido à vida de uma consciência testemunha, mas o conteúdo de um enunciado que visa a representá-lo.” Nenhum registro ou memória recuperam o acontecimento, assim, o testemunho funciona como uma representação dele, que emerge no discurso histórico enquanto um referente, “aquilo de que se fala”.

Ora, essa observação prova que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes. Se se prefere, há, sob o discurso consciente, uma gramática, determinada pelas práticas e gramáticas vizinhas, que a observação atenta do discurso revela, se consentimos em retirar os amplos drapeados que se chamam ciência, filosofia, etc. (VEYNE, 1992, p. 252).

Os testemunhos contam uma percepção, suas palavras envolvem interesses, esteja o sujeito consciente disto ou não. O discurso, para Foucault (2016), busca produzir um efeito de verdade, para tanto o sujeito utiliza em sua fala um conjunto de aparatos e procedimentos para lhe darem suporte. Alguns exemplos são títulos (“Sou formado nisso!”, “Estudei sobre isso.”), embasamento em leis (“Está na constituição!”), e outros tipos de evidências como testemunhas (“Pergunte a qualquer um que estava lá!”) e documentos (“Está aqui no meu visto!”).

Com base nas ideias de Foucault (2013), entendemos que o discurso não esconde, mente ou cria ilusões, ele revela detalhes de quem fala e do lugar de onde fala, sua visão de mundo. As pessoas operam com a linguagem e por meio do discurso instituem realidades. Pois não há uma realidade, objetiva, material, verdadeira que deve ser acessada, não há um ideal para ser encontrado pelo historiador.

Nesse sentido, trata-se de compreender o enunciado na estreiteza de sua situação, de pensar as condições de sua existência, estabelecer as suas correlações com os outros enunciados aos quais pode estar ligado e mostrar que outras formas de enunciação possíveis são excluídas (FOUCAULT, 2008). Por exemplo, quando alguém narra o seu testemunho, ele seleciona aquilo que é dito, escolhe o que incluir e o que excluir, bem como as palavras que, conforme acredita, melhor irão abarcar seu posicionamento. A partir disso, propomos refletir sobre os discursos fabricados e utilizados pelos sujeitos em vulnerabilidade. Destacamos que não é somente uma questão de compreender o que é dito, mas também de analisar os modos que foram percebidas e sentidas as diferentes situações.

A análise de testemunhos perpassa ainda a questão da confiabilidade. Como saber se o testemunho é confiável? Ricoeur (2007) afirma, ainda, que o testemunho está inserido em uma situação dialogal, que envolve interação entre o sujeito que narra e o sujeito que escuta. No testemunho, o sujeito afirma sua narrativa como uma realidade, uma descrição factual, e insere-se nela, narrando algo que viu ou participou. O ato de testemunhar traz consigo a suspeita, a desconfiança acerca do que é relatado. O espaço de controvérsia, ou espaço público, denota a confrontação da narrativa testemunhada, seja com outros testemunhos ou evidências.

Para Paul Veyne (1992), nessa análise é imprescindível que o historiador esteja ciente de seu lugar de observador, pois não deve atuar como juiz, sentenciando ou absolvendo aquilo que é dito. O discurso não precisa ser rebatido ou contradito, pois não existe um “dever-ser” sobre ele, isto é, não há um modelo ideal sobre como o entrevistado deveria dizer, pensar ou comportar-se. A questão central para o historiador não é contradizer ou desaprovar o testemunho, mas criticá-lo, compreender as motivações que o permeiam, o que está implicado na sua representação do real.

À vista disso, são os testemunhos que dão vida à memória. Eles são o seu elo primeiro. Sem as suas existências, não há memória, tampouco história. Assim, no momento do testemunho o sujeito também realiza operações de memória. Entendemos a memória como resultante “da vivência

individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais” (MONTENEGRO, 1993, p. 56). Assim, ela seria equivalente a um arquivo em que se conservam lembranças, as quais estariam em constante movimento, modificando-se a cada processo de rememoração.

Ou seja, a cada vez que lembramos de algum acontecimento, a lembrança é atualizada mediante às reformulações de nossas vivências, aprendizados e reflexões. Então, por mais que haja certa “continuidade” nas lembranças – no sentido de compreender o que antecede e sucede determinado acontecimento, cada rememoração realizada pelo sujeito ocorre de maneira diferente, resulta em uma nova percepção. Para Bergson (2010; 2019), não conseguiríamos chegar à memória inicial, não haveria uma memória pura para ser acessada, mas apenas uma memória da memória.

Portanto, tendo em mente que todas as imagens vistas, percebidas, sentidas e concebidas nos mais diversos cenários e temporalidades de nossas vidas são selecionadas no momento do testemunho, chamamos a atenção ao fato do historiador atentar-se aos modos de como o discurso vai sendo narrado e performado pelo entrevistado. Isto é, levar em consideração e perceber que o testemunho é uma narrativa inacabada, em movimento, que vai sendo moldada pelos interesses do narrador.

Os fatos são raros, pois o passado não se repete (VEYNE, 1992). Assim também é o discurso, ele não cristaliza o sujeito nem reivindica um estatuto de verdade sobre a realidade, ele representa uma visão de uma pessoa em seu tempo. Desse modo, ao analisar o discurso o historiador não deve totalizá-lo, visto que o discurso não define ou determina a pessoa, sua situação ou o grupo no qual está inserida. Cada sujeito pode ter percepções diferentes ainda que sob uma vivência compartilhada, e uma mesma percepção poderá também mudar com o tempo, isso não significa que haja contradições ou inadequações.

A ideia de memória coletiva – desenvolvida inicialmente por Halbwachs (2004), na obra

“Memória Coletiva”, publicada inicialmente em 1925 – é entendida por Nora (1978) como meio de ampliação e renovação para a história contemporânea. O autor não apenas supera a oposição entre história e memória, mas utiliza os dois conceitos de modo complementar para a produção historiográfica.

A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados, nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. [...] Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica. (HALBWACHS, 2004, p. 14).

A pesquisa que considera a memória precisa estar atenta aos finos liames que a envolvem. A memória coletiva funciona como um acervo de lembranças compartilhadas por um grupo sobre uma mesma experiência social. Nesse cenário, o historiador Antonio Torres Montenegro em entrevista indicou os quadros sociais como referências que situam o trabalho de recordar:

O entrevistado ao narrar sua experiência de vida, ou sobre determinado evento ou período histórico, está reconstruindo relatos carregados com as marcas comuns a outras pessoas com inserção social, cultural, política comuns. São marcas de um tempo histórico vivenciado por determinada pessoa na rede social, cultural, política, profissional em que atua. Dessa forma, o relato individual é também social na medida em que revela as experiências, valores, ideias, sentimentos socialmente compartilhados. (CAVALCANTI; SOARES, 2016, p. 446).

Ao buscar compreender as vivências de sujeitos em vulnerabilidade, deve-se então perceber que, apesar de suas experiências envolverem um coletivo, cada memória individual produzirá suas próprias representações sobre o vivido. As memórias coletivas e individuais relacionam-se de modo que cada memória individual funciona como um ponto de vista que compõe a memória coletiva.

Afinal, tanto o testemunho quanto a memória são abordagens a serem trabalhadas pelo historiador. E, em relação à história, ela não se explica nem pelo passado (origem) nem pelo

futuro (teleologia), mas pelo entre. Nesse sentido, o que queremos saber/pensar desses sujeitos é o “entre” em que eles se encontram. O entrevistado não é um ponto de partida, nem um ponto de chegada. Ele é um “meio”. É nesse sentido que procederemos, no próximo tópico, às discussões sobre a prática e a análise da história oral com sujeitos em situação de vulnerabilidade.

Os usos da História Oral com sujeitos em vulnerabilidade

Uma vez que os sujeitos que serão abordados na pesquisa historiográfica sejam identificados em uma situação de vulnerabilidade, como proceder à prática utilizando a história oral? Nos dedicaremos, neste momento, a debater os procedimentos mais práticos que envolvem a ida ao campo e a análise dos relatos orais, considerando as especificidades que envolvem o trabalho de história oral com sujeitos em vulnerabilidade.

Entrevistas

Na preparação para a chamada pesquisa de campo é necessário definir o caráter metodológico das entrevistas. Será uma abordagem temática ou de história de vida? É preciso um questionário? Ele será estruturado ou semiestruturado? Perguntas fechadas ou abertas? É preciso lembrar que uma entrevista de história oral tem um caráter próprio, diferencia-se de uma entrevista jornalística, por exemplo.

Enquanto em jornal busca-se trazer novidade ao público ou apresentar-lhe um personagem, a entrevista em História Oral faz parte do projeto maior: um estudo sobre um tema preestabelecido. Ela é um elemento a mais que os sujeitos históricos conseguiram produzir para se conhecerem, para ampliarem seu modo de olhar o social. (ROUCHOU, 2003, p. 6).

Frequentemente, em suas entrevistas os jornais selecionam temas e perguntas, e editam trechos de acordo com interesses próprios ou com aquilo que acreditam chamar a atenção do público leitor. A entrevista de história oral, por sua vez, atenta-se ao respeito ao depoimento, busca evitar que alguma manipulação o distancie de seu sentido original, há uma preocupação com a

fidelidade ao conteúdo e a vontade do entrevistado (FRAZÃO, 2015).

Para o trabalho com sujeitos em vulnerabilidade recomendamos a abordagem conhecida como história de vida. Nas palavras de Venera e Silveira (2015, p. 173), “os temas abordados nas entrevistas em história oral de vida são estudados a partir do olhar de quem os vivencia [...]. Pode ser considerada uma metodologia privilegiada de análise justamente por incorporar experiências subjetivas e fenômenos sociais.” Assim, ao invés de o entrevistador selecionar temas e perguntas fechadas, o entrevistado poderá ter flexibilidade, narrar livremente.

A beleza do discurso reside também em sua imprevisibilidade. O historiador não vai ao campo sabendo o que irá ouvir de seus entrevistados. Ainda que haja um tema ou conceito norteador para a sua pesquisa, é preciso reconhecer que a entrevista não deve seguir direcionamentos restritivos, não deve ser podada ou moldada para o que o historiador quer ouvir. Assim, ele precisa estar ciente de que novas questões, problemas e deslocamentos poderão surgir a partir das entrevistas.

De acordo com Queiroz (1998), a abordagem da história de vida permitiu que pesquisas de diversas áreas trabalhassem questões sobre as quais ainda não havia fontes, como as experiências de camadas marginalizadas pela sociedade, sujeitos em situação de vulnerabilidade.

[...] um testemunho carrega a força de uma história individual que estabelece relações com outras histórias e experiências, em sua dimensão social. Dessa maneira, é fundamental expor a importância e demarcar politicamente a força da reciprocidade social na qual as pessoas se reconhecem, compartilham um sentido comum e reivindicam confiabilidade, o que reforça sobremaneira os vínculos sociais. (MONTENEGRO; GUIMARÃES NETO, 2020, p. 83).

Os sujeitos de uma mesma sociedade ou grupo possuem um mundo compartilhado que envolve a troca de referências culturais. Esse compartilhamento é uma condição da vida pública, nesse espaço, também chamado de campo de controvérsia, a testemunha é confrontada e pode atestar seu testemunho, considerando “a contribuição da confiabilidade de cada testemunho à segurança do vínculo social na medida em que este repousa na confiança na palavra de outrem.”

(RICOEUR, 2007, p. 174).

Caderno de anotações

Um procedimento que à primeira vista parece trivial revela contribuições valiosas: o caderno de anotações. Segundo Guimarães Neto (2012, p. 28), ele pode ser um grande auxílio para o pesquisador, visto que “se movimenta no registro do que não foi dito e tem o papel de documentar atentamente o que não foi declarado, mas que se encontra ‘colado’ às palavras, como os silêncios e os gestos que compõem o conjunto dos relatos na mesma dimensão das entrevistas/testemunhos.” Assim, o caderno de anotações de campo permite registrar as minúcias das entrevistas, como as características dos ambientes onde estão sendo realizadas, os humores e emoções do entrevistado ao operar com sua memória, suas hesitações, seus silêncios. No trabalho com a história oral, o historiador deve ir ao campo pronto para colher dados, registrando cada detalhe de sua investigação.

Condução da entrevista

Bergson (2019) assegura que caso o entrevistador desperte uma emoção, mais ou menos forte no entrevistado, este poderá subitamente trazer de volta a lembrança que parecia perdida. Por mais que haja dificuldades na rememoração, a datação da memória é uma alternativa para relembrar os acontecimentos pessoais que o marcaram. Como podemos ver, esse é um processo que exige do pesquisador sensibilidade e tato com a condução das entrevistas. Para Frotscher e Stein (2020, p. 125) “talvez o grande desafio para o pesquisador seja aliar o cuidado com o entrevistado e o rigor acadêmico, ao realizar a análise crítica das narrativas que verbalizam os sofrimentos, os traumas e os ressentimentos vividos.”

Aproximação dos sujeitos

Ainda na fase de exploração inicial, um fator chave para a aproximação com sujeitos que

se encontram em algum cenário de vulnerabilidade é compreender como são estabelecidas as suas redes de confiança. Como na experiência de entrevista com venezuelanos abrigados no município de João Pessoa, estado da Paraíba, relatada a seguir:

O estabelecimento de uma rede de confiança prévia foi, sem dúvidas, um fator decisivo para a obtenção das entrevistas. Dentro do abrigo, os venezuelanos desenvolviam suas relações por meio de redes de confiança e foi possível perceber que, para uma extensa maioria, essa rede incluía apenas outros venezuelanos, abrigados ou já residentes na cidade. (SOUSA, 2020, p. 130).

No caso apresentado, a historiadora buscou como estratégia ser apresentada aos sujeitos através da assistente social que trabalhava com eles, alguém que aparentemente partilhava de sua confiança, mas ainda assim não houve abertura do grupo. Então, a pesquisadora conseguiu, ao longo de várias visitas, estabelecer um vínculo de cordialidade e confiança com uma refugiada venezuelana e, por meio da relação de confiabilidade dela dentro do grupo, houve uma abertura e a pesquisa foi viabilizada.

Segundo Alistair Thomson (2000), as estratégias escolhidas para o trabalho com a história oral devem estar alinhadas às características socioculturais do grupo ou comunidade que se busca pesquisar. Desse modo, as visitas são importantes para conhecer como se desenvolvem as relações e o cotidiano dos sujeitos, mas também para que eles possam conhecer o pesquisador, sentir-se à vontade em sua companhia. É vital ter flexibilidade para adaptar-se às necessidades de cada cenário e criatividade para desenvolver estratégias que permitam uma cordial aproximação dos sujeitos.

Diálogos prévios com os sujeitos

Outro ponto a ser desenvolvido na fase de visitas é o estabelecimento de diálogos prévios com os sujeitos para sua familiarização com a pesquisa. É necessário explicar que a participação é totalmente voluntária, quais são os objetivos e a finalidade do trabalho de modo claro, bem

como os seus riscos. Pois toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Alguns deles são de ordem psicológica e emocional, representando a possibilidade de constrangimento ao tocar em determinados assuntos, algum desconforto ou estresse. Por isso, as visitas são o momento ideal para conversas descontraídas, nas quais os sujeitos possam sanar todas as dúvidas acerca da pesquisa que estão sendo convidados a participar.

Sigilo e privacidade

Outro risco é o de sigilo e privacidade. Em especial no que se refere a sujeitos em situação de vulnerabilidade, a sua identificação pode incorrer em riscos à sua integridade, desconfortos, ou ainda comprometer a elaboração de seu discurso. Uma estratégia bastante utilizada é o uso do anonimato como modo de proteger a identidade dos sujeitos e garantir que seu testemunho seja livre de preocupações e receios.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Por conseguinte, há a assinatura do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, um documento fundamental que visa assegurar a proteção do sujeito participante da pesquisa. Sua elaboração deve seguir as normas e diretrizes brasileiras de pesquisa com seres humanos, como as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O documento também auxilia nas questões protocolares e burocráticas da pesquisa, conferindo-lhe legalidade.

No termo devem constar os objetivos, finalidade, etapas, riscos e todas as informações pertinentes à pesquisa, bem como as condições acordadas entre o pesquisador e o entrevistado, como as circunstâncias de confidencialidade ou a gravação da entrevista, por exemplo. É importante que seja feito com linguagem acessível, considerando as características especiais do sujeito entrevistado, como seu idioma, sua escolaridade etc. Cabe ao pesquisador ler e conversar

sobre o termo com o sujeito participante no momento da assinatura, garantindo que tudo seja feito de modo consciente e esclarecido.

O ambiente para a entrevista

Segue-se então para a fase da realização das entrevistas. O ambiente pode ser escolhido em acordo com o sujeito entrevistado, mas precisa considerar a privacidade. Um ambiente privado, livre de ruídos e distrações viabiliza uma entrevista mais espontânea e produtiva. No trabalho com sujeitos em vulnerabilidade podem surgir desafios especiais nesta fase, como a divergência de idiomas no trabalho com imigrantes e refugiados. Cabe ao pesquisador providenciar meios de superar essa questão, seja por meio de um tradutor (desde que não haja perda de informações), ou do próprio aprendizado do idioma, mais recomendado tendo em vista a necessidade de interação durante a entrevista.

Gravação transcrição e análise

A gravação do áudio é um importante recurso para fins de transcrição, pois permite que o pesquisador posteriormente possa ter em arquivo a fonte tal qual foi obtida, proporcionando que seu trabalho tenha fidelidade ao testemunho. Também nessa etapa precisa ser observada a necessidade de confidencialidade no manuseio da fonte, a fim de evitar que pessoas não essenciais para o trabalho tenham acesso a ela.

Os últimos passos são a transcrição e a análise dos relatos orais. A transcrição pode ser considerada como o processo de arquivamento da fonte oral. O arquivo, para Ricoeur (2007), promove a ruptura com o “ouvi-dizer” do testemunho oral, lhe confere legitimidade. A transcrição consiste na redação da entrevista, incluindo todo o conteúdo e as interações. Ela pode também conter características da observação realizada pelo pesquisador – com o auxílio do caderno de

anotações de campo, como descrições sobre mudanças de tom do entrevistado, pausas, silêncios, ou ainda expressões de emoção. Quanto mais detalhada for a transcrição, mais rica e fértil poderá ser a sua análise.

A análise dos relatos orais representa, finalmente, a escrita da história. Essa etapa envolve muito das concepções teóricas do pesquisador. As noções de testemunho, discurso e memória emergem como importantes referenciais para situar como o historiador pensa e problematiza suas fontes orais. Destacamos, por fim, que por meio da história oral os sujeitos contribuem não apenas com respostas, mas, principalmente, como novas perspectivas para o trabalho historiográfico.

Considerações finais

Na contemporaneidade assistimos à emergência de pesquisas em diversas áreas que visam abordar grupos e sujeitos social e politicamente marginalizados. Vidas que, em sua maioria, não figuram nas páginas dos livros didáticos, não têm suas histórias habitualmente contadas. Neste cenário, a história oral tem ganhado destaque por ser uma metodologia que permite a produção de suas fontes, e proporciona ao pesquisador uma observação aproximada destas vivências.

Nesse viés, é indispensável para o historiador ponderar sobre como irá apropriar-se de noções como as de testemunho, discurso e memória, que formam importantes bases para o trabalho com a história oral. O testemunho nasce com a narrativa do acontecimento, ele representa a sequência da memória declarativa. A memória, que representa uma percepção sobre o vivido, passa por um processo de arquivamento, torna-se memória arquivada, para ser então analisada através de seu confronto com outros registros documentais, resultando na escrita da história.

No presente artigo, buscamos discutir os meandros que envolvem a utilização da metodologia da história oral com sujeitos em situação de vulnerabilidade. Entendendo essa vulnerabilidade como política, fruto de uma produção e envolvida por relações de poder. Por vidas

em vulnerabilidade distinguimos as pessoas que se encontram em circunstâncias de privações, materiais ou não, cujas vidas não são, nas palavras de Butler, passíveis de luto. As quais estão sujeitas a um reconhecimento desigual e que, portanto, se encontram mais expostas a violências de variados gêneros.

É importante ter em mente que a identificação sobre a vulnerabilidade destas vidas tem um caráter situacional, não implica em uma definição, os sujeitos não “são” vulneráveis, mas “estão”. Buscamos compreendê-los a partir de seu posicionamento nas relações de poder, não de modo passivo, mas como atores que também exercem poder em suas relações, possuem agência sobre suas vivências.

Conforme discutido, a história oral é uma metodologia que utiliza técnicas próprias, não obstante, acreditamos que o trabalho com sujeitos em vulnerabilidade apresenta demandas específicas que advém das circunstâncias nas quais ele está inserido. Desse modo, no presente artigo, refletimos e fomentamos estratégias que contribuem para viabilizar esse trabalho, permitindo alinhar a metodologia ao contexto sociocultural das vidas em vulnerabilidade.

Entendemos que, embora seja importante compreender os sujeitos em seus vínculos sociais, é indispensável quebrar a noção de homogeneidade. O compartilhamento de histórias e memórias entre sujeitos sob uma mesma vivência não implica em considerá-los como um conjunto homogêneo. Nesse sentido, a abordagem da história de vida permite que os indivíduos sejam abordados a partir de suas individualidades.

Afinal, não tivemos a pretensão de desenvolver um tutorial ou elencar regras para a utilização da história oral com sujeitos em vulnerabilidade. Destacamos que a especificidade das circunstâncias que envolvem estas vidas exige cuidados por parte do pesquisador, como uma postura flexível e adaptativa, sensibilidade e tato. Este ainda é um assunto pouco abordado dentro da historiografia, por isso, apontamos a necessidade de mais debates que contribuam para

desenvolver a metodologia da história oral considerando as especificidades de pessoas em situação vulnerável.

Referências bibliográficas

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução de Paulo Neves. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BERGSON, Henri. *Memória e vida*. Tradução de Claudia Berliner. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Nicmeyer Limarão e Arnaldo Marques da Cunha. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. Reconocimiento y supervivencia, o sobrevivendo al reconocimiento. In: BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: The performative in the political*. John Wiley & Sons, 2013. p. 97-116.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente; SOARES, Fagno da Silva. História Oral entre Reflexões e Memórias: Revisitando o percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico. Entrevistado: Antônio Torres Montenegro. *Revista Observatório*, v. 2, n. 2, p. 426-446, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*. Tradução: Constancial Morel, São Paulo: Unesp, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Leituras filosóficas).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FRAZÃO, Samira Moratti. Reflexões sobre o uso da história oral na realização de entrevistas com refugiadas e refugiados ganeses no Brasil. In: *Anais do VIII Encontro Regional Sul de História Oral. História Oral: Lugares e Desafios*. Joinville, SC: UNIVILLE, 2015. p. 100-112.

FROTSCHER, Méri; STEIN, Marcos Nestor. História Oral e questões sensíveis em pesquisas sobre refugiados no Brasil. In: GOMES, Angela de Castro (Org). *História oral e historiografia: Questões sensíveis*. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

GOMES, Angela de Castro (org.). História oral e historiografia: questões sensíveis. São Paulo: Letra e Voz, 2020. 208 p.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson; et al. História oral, desigualdades e diferenças. Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. 15-37, 2012.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 13, n. 25/26. Set. 92/ Ago. 93, p. 55-65.

MONTENEGRO, Antônio; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Testemunho, Narrativa e Historiografia. In: DE AMORIM, Helder Remigio. et al. História em Debate: Cultura, Intelectuais e Poder. Editora Appris, 2020. p. 77-86.

NORA, Pierre. Mémoire collective. In: LE GOFF, Jacques CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Dir.). La nouvelle histoire. Paris: Retz, 1978. p. 398-401.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. (org). Experimentos com história de vida (Itália/Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 14 – 43.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François, et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SOUSA, Suzyanne Valeska Maciel de; BACCARINI, Mariana Pimenta Oliveira. Apartados: refúgio entre guerras e fronteiras. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: Uma perspectiva internacional da História Oral. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p. 47-65.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; SILVEIRA, Juliana Kunz. Jovens Histórias de Vida: A Produção de Subjetividades Juvenis a partir de Experiências no Mundo do Trabalho. In: Anais do VIII Encontro Regional Sul de História Oral. História Oral: Lugares e Desafios. Joinville, SC: UNIVILLE, 2015. p. 167-181.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 237-281.

Recebido em: 30 de abril de 2023

Aceito em: 26 de julho de 2023